

TEMPO REVERSIVO E ESPAÇO TRANSFIGURADO: ETNOCÍDIO NAS VEREDAS DO SERTÃO

REVERSE TIME AND SPACE TRANSFIGURED: ETHNOCIDE PATHS OF THE SERTÃO

João Batista de Almeida Costa

Doutor em Antropologia/ Universidade Estadual de Montes Claros
Joba.costa@unimontes

Resumo

A *gente das veredas* ou *veredeira*, população rural sanfranciscana, é compreendida em seus processos sociais vividos na interface entre o afastamento de sua tradicionalidade e a vinculação à modernidade do mundo que os envolve. A interpretação dos processos vividos pelos veredeiros do assentamento São Francisco e Gentio, no município de Formoso para onde foram transferidos os moradores da área de implantação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, é o foco de leitura. As transformações ocorridas em suas espacialidades se vinculam a processos de territorializações em temporalidades diversas vividas no decorrer desses mesmos processos. Do encontro entre as gentes das veredas, empresários rurais e ambientalistas emergem temporalidades reversivas, transfigurando os tempos antigos com novas roupagens enquanto os espaços de viver são expropriados na perspectiva da preservação de uma natureza intocada. No imbricamento destes dois processos a etnicidade territorial veredeira se transfigura pela própria ação daqueles que a portam a partir da degradação dos espaços de produção utilizados nas chapadas para onde foram transferidos. Os espaços impróprios à agricultura tradicional passaram a ser apropriados para agricultura atual por força de políticas públicas, de tecnologias que impactam o meio ambiente e contribuem para assorear os cursos de água que banham os buritizais da região.

Palavras-chave: P.As. São Francisco e Gentio, Veredeiros, Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

Abstract

The people of the paths or *veredeira*, Sanfranciscana rural population, it is understood in its social processes experienced in the interface between the removal of its traditionality and modernity linking to the world that encompasses. The interpretation of the processes experienced by settlements veredeiros San Francisco and Gentile in the town of Formoso where the residents were moved from the area of deployment of the

National Park Brazilian Paths, is the focus of reading. The changes occurring in their spatiality are linked to processes of territorialization in diverser temporalities experienced during such procedures. The encounter between the peoples of the paths, rural entrepreneurs and environmentalists reversing temporalities emerge, transfigure the tradicional times with new clothing while living spaces are expropriated for conservation of an untouched nature. In these two cases overlapping territorial veredeira ethnicity is transformed by the very action of those who bear from the degradation of the spaces used in the production plateaus where they were transferred. The spaces unsuitable for traditional agriculture became suitable for agriculture under current policies, technologies that impact the environment and contribute to silting up the rivers that bathe the buritizais the region.

Key words: P.As. São Francisco and Gentio, Veredeiros, National Park Grande Sertão Veredas.

Introdução

Nos estudos sobre o sertão tem sido afirmado, por diversos pesquisadores, que a sociedade sertaneja e a sua cultura se constituíram como realidades sociais a-centradas, tendo como princípio estruturante das relações vividas a abertura para o externo propiciando dinâmicas relativizantes nas articulações de populações diferenciadas que compõem o seu conjunto e a sua totalidade¹.

No estudo sobre o *homem no vale do São Francisco* coordenado por Donald Pierson (1972) a população sanfranciscana é informada como ocorrendo em sua realidade social uma diversidade de modos de vida diferenciados no médio curso do rio pelos vínculos entre o humano e a natureza. Dependendo da localização ecológica em que se encontram inseridas, as populações que aí vivem são identificadas pelo vínculo com o sítio ecológico em que se encontram localizadas. Assim, nas veredas situavam-se os veredeiros, nas chapadas os chapadeiros ou geraizeiros, nas vazantes os vazanteiros e aqueles vivendo nas margens do rio São Francisco, os barranqueiros e, por fim, na caatinga, os caatingueiros. Todas essas populações tradicionais são identificadas contrastivamente e em sua contrastividade se auto-identificam como tal. Essa diversidade de etnicidade ecológica, como conceitua Parajuli (1996) no caso da Índia, deriva da transição entre biomas assim como ocorre no curso médio sanfranciscano devido à transição entre o cerrado, a caatinga, mata seca e mata atlântica.

Neste artigo trato de uma dessas populações étnicas, as *gentes das veredas*. Sua identidade nasce do reconhecimento de diferenciação frente a outros grupos humanos com quem historicamente estabeleceram e estabelecem relações na área geográfica em que se encontram situados e denominados chapadeiros e campineiros. No contraste entre seus modos de vida, apesar das semelhanças porque se vinculam a uma identidade maior, a sertaneja, cada um desses grupos humanos se auto-identifica como sendo *veredeiros*, ou *chapadeiros* ou *campineiros*.

O processo de afirmação de si a partir da contrastividade é compreendido na Antropologia como sendo uma etnicidade. Para Barth (1969) identidades étnicas são elaboradas nas fronteiras da construção de um “nós” e de um “outro”, com o qual os grupos humanos se encontrem em relações concretas. Ao colocar o acento da etnicidade na relação entre grupos, este autor argumenta que identificação étnica é, sobretudo, uma identificação política por meio da qual os grupos, que se colocam no cenário político em que se encontram inseridos, reconhecem suas diferenças nas fronteiras de seus modos de vida.

As gentes das veredas compartilham com as populações do alto médio sanfranciscano, consideradas sertanejas, uma civilização comum conforme discutido por Abreu (2000) e Prado Júnior (2000), baseada no criatório de gado. A partir da atividade pastoril extensiva, as gentes dessa região organizaram para si um modo de vida que articula a criação de gado, com a agricultura e o extrativismo, além da caça e pesca. Um outro aspecto crucial da civilização sertaneja é a existência de um etnocentrismo relativizante e relativizador que vem sendo chamado como *abertura para o outro*, elaborado a partir da compreensão de que “o estrangeiro é um diverso, mas também merece respeito, pois ele é filho de Deus como nós”, como discutido em Matias Cardoso por um seu habitante durante trabalho de campo realizado por mim. Decorre da capacidade de relativizar e da importância dada ao estrangeiro sua incorporação em cada grupamento humano, principalmente por meio do casamento exogâmico construindo o que Ribeiro (1995) chama de cunhadismo e pelo estabelecimento do compadrio. De outro modo, as idéias vindas de fora têm ascendência sobre as idéias e os valores locais, propiciando uma constância transformativa, sem revoluções, como elemento fundante da vida dos sertanejos. A importância dada ao mundo externo,

entretanto, não deprecia os princípios organizadores da vida cultural e social de cada comunidade sertaneja.

A *comunidade veredeira* situada no Assentamento São Francisco e Gentio foi retirada de seu território tradicional na região de Mato Grande e Rio Preto, em decorrência da criação e instalação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. O elemento estruturante do *ethos* e do *eidos* dessa comunidade tradicional é a relação homem e natureza, como discutido por Jacinto (1998). Em seu estudo sobre essa mesma população, esta estudiosa afirma que há “entre os moradores de localidades do Parque, uma existência intimamente ligada e interdependente da natureza e dos recursos naturais” (1998: 170). Para essa população entre homens e natureza não há distanciamentos e essa relação é constituinte e constitutiva de uma ordem moral que normatiza a vida de cada um de seus membros.

A marca constitutiva e constituinte da vida sertaneja dessa comunidade de *veredeiros* tem como ponto crucial o imbricamento do humano com o natural e não há como separá-los. A separação entre esses dois planos da vida como vivida após a mercantilização da natureza por sua profanização conduz a uma vida sem sentido, pois, como nos disse uma moradora após a intervenção de organismos ambientais na vida da comunidade que provoca transformações no modo humano de vivenciar a natureza. Em sua percepção nos diz que “se considera presa. Eu estou em um presídio sem previsão de saída... o que eu estou fazendo aqui? Eu me sinto em cima de um pau, bambeando, sem poder voar, sem poder fazer nada para viver”.

Para as veredeiras e os veredeiros da comunidade estudada, a relação íntima e interdependente não é vivida, apenas, pelos homens, mas pela própria natureza. Nesse sentido, afirmam que “a planta necessita do calor das pessoas e se o homem se afasta a natureza perde o seu vigor. Você olha e parece que está tudo triste, falta o calor humano”. Essa afirmativa foi feita para dar início ao relato sobre João do Mato. Ele é uma entidade de um plano não humano, dos muitos planos que constituem a vida cultural e social desses sertanejos. Ele é o “vaqueiro dos animais do mato”, ou seja, o protetor que cuida dos animais. Falando desse ser, um veredeiro nos disse: “nunca vi e nunca soube que animal morre de ferida. Quem cuida deles?”. Na visão dos membros da comunidade do Assentamento, o afastamento de mulheres, homens, crianças e animais

domesticados da área onde está localizado o Parque Nacional Grande Sertão Veredas conduziu ao afastamento de João do Mato. Após sua diáspora, conforme disseram vários moradores, atualmente animais têm aparecido mortos por feridas, contrariando o conhecimento secular construído socialmente por esses sertanejos. Na visão de um de seus membros

tem aparecido muito bicho morto lá no Parque. Ninguém sabe porque. O que nós conversamos sobre isso é que não tem mais broto, pois não se faz mais queimada. É com o fogo que nasce a vida nova e os bichos e os animais vão ficando forte, sem broto fica tudo fraco. Os animais a gente dá remédio, sal e outras coisas, mas os bichos nem João do Mato está cuidando deles. Também ele não está mais lá!

Na cosmovisão dos moradores da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio a vida social cultural e social articula-se no cruzamento de diversos planos, um humano, um natural, um telúrico, um divino e um mítico. A partir desse entendimento construíram e constroem sua vida cultural e social, procurando encontrar um equilíbrio, como em um fio de navalha, entre todos esses planos, sem desmerecimento de nenhum deles. Mas cada um é vivido humanamente em seu devido momento, pois como diz um ditado bíblico, há tempo para tudo.

Somente a partir dessa compreensão é possível entender a nomenclatura de animais, principalmente domésticos, mas também, não domesticados que por ventura tenham grande proximidade com alguma família veredeira. Aos cães, vacas, garrotes, bois, galinhas e aves domesticadas são colocados nomes que correspondem a características dos animais nomeados ou a algo que se deseja obter. Dessa forma, cães podem ser “baleia, tarugo e trovador”, vacas e garrotes podem ser “pavão, mimosa, malhada, pintora, rainha, riscado, fatura, cruzado e cruzeiro”, cavalos e mulas podem ser “granfino, vanico e teimosa”. E a uma raposa que ronda a casa, mas inexplicavelmente não come as galinhas e os pintos, se denomina “vira-lata”. Outros animais selvagens podem também passar a ser nomeados quando se fazem freqüentes na vida de uma família, de uma pessoa ou da coletividade.

A vida cultural e social da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio tem como fato social total, como na perspectiva maussiana, a relação homem e natureza, sem haver antinomia entre esses dois domínios. A oposição que hoje existe e pauta a

vida veredeira está sendo introduzida pelos organismos ambientais procurando preservar a natureza da área veredeira em contraponto à destruição ambiental decorrente da introdução do agro-negócio trazido pelos gaúchos que passaram a se fixar na região a partir dos anos 1970. Estes, por meio de um projeto do governo federal, foram sendo deslocados de seu estado de origem e passando de pequenos agricultores para grandes latifundiários que se instalaram em grandes áreas. Com financiamentos federais derrubaram a mata do cerrado e passaram a produzir soja, depois feijão e agora sementes de capim. A agricultura trazida por eles não tem conseguido conviver muito bem com o solo arenoso da área veredeira.

Comunidade de parentes e sentimento de pertencimento

A população veredeira em geral, apesar das distâncias entre uma localidade e outra se constitui como uma comunidade ampla articulada por relações de parentesco e de compadrio, por sentimento de localidade, mantendo entre todos os seus membros relações sociais que contribuem para a reprodução social de cada família. Estas relações se fundamentam em trocas e reciprocidades. A qualquer novo morador vindo para a área, com o passar do tempo, ocorre a incorporação, por compadrio ou por casamento, na rede de relações mais ampla. Essa estratégia possibilita a inclusão social dos “estrangeiros” que adentram o sertão. Essa característica permanece atualizada na comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio em que a totalidade de seus membros constitui uma “coligação de famílias”, em que todos se relacionam por parentesco ou por compadrio.

O sentimento de localidade e de pertença operacionaliza a vida destas pessoas, principalmente, em virtude de ser por meio dele que se dá a diferenciação no contexto mais imediatamente regional em que se encontram situados. Andréa Jacinto que estudou a comunidade de Mato Grande e Rio Preto quando ainda se encontrava localizada no território onde se implantou o Parque Nacional informa que “as gentes das veredas” têm as denominações de suas localidades baseadas “no encontro e na interação do espaço social com o espaço físico (...) Assim, o nome do rio é também de um conjunto... de

casas e unidades domésticas, e é também, algumas vezes, o nome de uma fazenda” (1998: 46). Ao serem transferidos para uma outra área realizaram a mesma estratégia para denominar o assentamento devido à presença dos cursos de água São Francisco – um pequeno ribeirão, e Gentio. Como essas veredeiras e esses veredeiros em cada um dos pontos do mundo sertanejo encontram-se gentes com suas histórias, com suas vinculações e com seus sentimentos de mundo.

Entretanto, o sentimento de localidade e de pertença não limita o *mundus* destas populações, porque “se parecem existir padrões ou referências de fixação e ocupação dos espaços vinculados aos grupos de parentesco, a mobilidade é grande também - ‘o giro-o-giro no gerais’” (idem: ibidem, 53). Entre localidades há vinculações que transformam “estranhos” em parentes ou compadres e, desta forma, vinculando na trama das relações sociais uma coletividade a outra se dá concretude ao *mundus* sertanejo em que todos os homens compõem uma mesma e grande família, respeitados as distâncias entre lugares e as diferenças pessoais, de lugar e de origem e de *status*.

Apesar das distâncias existentes entre territórios familiares, nos quais cada grupo nuclear constrói, reconstrói e reproduz a vida de cada indivíduo, mas do grupo familiar como um todo, o sentimento de pertença e de localidade operacionaliza cotidianamente a vida das populações sertanejas de uma forma geral e dessa população veredeira de uma forma específica. Não se está no mundo sozinho, já que o *mundus* é compartilhado por aqueles que vivem nas cercanias de cada território familiar.

Uma característica recorrente entre as populações tradicionais sertanejas exprime-se pelos vínculos entre as pessoas em suas relações sociais e afirmada por João Guimarães Rosa em seu romance Grande Sertão: Veredas, “o sertão é do tamanho do mundo”. Porém o mundo termina onde acabam as relações sociais que vinculam os sertanejos entre si, para além delas não há *mundus*, não há nada, apenas deserto. Ou seja, ausência de gentes conhecidas.

Em uma outra comunidade que não as de Mato Grande e Rio Preto, compreendi que o tamanho do mundo sertanejo, já que são as relações sociais que limitam o mundo e para além delas, o mundo é um deserto, como recorrentemente os sertanejos afirmam quando narram suas vidas e seus entendimentos de mundo. Uma sertaneja que necessitava fazer uma operação, ao conversar com membros de sua comunidade que a

visitavam depois de retornar da cidade mais próxima - onde fora fazer exames - disseram quando um deles questionou porque não ia a São Paulo devido à gratuidade da operação: “São Paulo é um deserto”. Quando procurei compreender o conteúdo de sua afirmação a mesma senhora completou: “é um deserto porque não conheço ninguém lá e um lugar onde ninguém é conhecido deve ser evitado”.

A organização social dessas comunidades constitui-se, portanto, do resultado da articulação de alguns aspectos ordenadores que operacionaliza o mundo dessa “gente das veredas”, os vínculos entre parentes, a incorporação do estrangeiro pelo casamento e pelo compadrio e o sentimento de pertença a uma localidade.

Como parte da organização social dessa gente das veredas, o sistema produtivo constitui-se como elemento importante por meio do qual a vida social veredeira encontra seus meios de reprodução da comunidade como um grupo social específico. E, principalmente, é a partir de sua especificidade que se fazem etnicamente veredeiros.

O sistema produtivo da Comunidade Mato Grande e Rio Preto é resultante do imbricamento de atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas, sendo, por isso, mesmo denominado de sistema agro-extrativista. Na implementação desse sistema que garante a reprodução de cada família há um princípio que permite diferenciá-lo do tipo de agricultura desenvolvida com caráter mercantil. As populações tradicionais estruturam seus sistemas produtivos recorrendo o mínimo possível a fatores externos e maximizando os fatores internos viabilizados pela natureza em decorrência do conhecimento que constroem, ao longo da história, sobre o uso da terra, da vegetação e dos animais.

Em seu estudo sobre dessas e de outras comunidades dessa região do sertão sanfranciscano, Andréa Jacinto informa que

aqui encontramos pequenos agricultores, residindo próximos aos cursos de água, utilizando-se do cerrado e suas várias formações como “áreas comunais”, onde se cria o gado solto, coletam-se frutos e plantas medicinais e, antes da criação do Parque Nacional, costumava-se caçar (JACINTO, 1998, P. 43).

A mesma autora, também, informa que a base econômica apóia-se, principalmente, na agricultura com o cultivo de arroz, feijão, milho e mandioca, cultivadas em áreas descontínuas e a distâncias relativas do espaço da casa. É informado

também que os arrozaís estão localizados em áreas irrigadas com a técnica do “esgoto”, ou seja, estreitos canais construídos a partir das veredas para a irrigação das áreas cultivadas.

A prática da drenagem de áreas alagadas, notadamente, as veredas, propiciou à população regional do sertão sanfranciscano categorizar à população do extremo oeste do norte de Minas como *veredeira*, devido a ser esta uma especificidade dessa população no mosaico identitário regional. A *agricultura de vereda* constitui-se, pois, em um patrimônio dessas comunidades vivendo nas cercanias dos rios Carinhanha, Preto e nas Fazendas Mato Grande e Santa Rita, assim como nas comunidades de suas circunvizinhanças como no caso do quilombo do Vão do Buraco e do Buraquinho.

A produção agrícola destina-se, sobretudo, para o consumo familiar -, assim como, a produção das hortas, cultivadas em brejos, ou áreas que margeiam o curso de água mais próximo. Também o criatório de pequenos animais, sobretudo as aves, as galinhas, os cocós e os perus, destina-se para o consumo familiar.

A descontinuidade das áreas onde as veredeiras e os veredeiros realizam a sua agricultura se deve principalmente à utilização diferenciada do território familiar, este é dividido em unidades eco-geográficas diferenciadas. O entendimento sobre os espaços foi apreendido por Carlos Dayrell (2002) no estudo que fundamentou parte do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas em quatro das comunidades veredeiras que existem nesta área. Apesar de pequenas variações entre as quatro comunidades foram reconhecidas como unidades eco-geográficas, por um lado, brejo, vargem, capão, cerrado ou chapada e carrasco e, por outro lado, boqueirão, grota, cultura e carrascão.

Para este autor,

estas unidades estão correlacionadas com a posição na paisagem, com os tipos de solos, vegetação e proximidade com o lençol freático. Em cada unidade [as populações] identificam o potencial produtivo, as culturas mais adaptadas, em alguns casos variedades e aspectos específicos do manejo (DAYRELL, 2002, p. 10).

Até aqui a comunidade veredeira de São Francisco e Gentio foi apresentada por meio de diversos aspectos que permitem ao leitor compreender o *mundus* veredeiro a partir daqueles elementos que são imprescindíveis para poder discutir a questão central

deste artigo, as temporalidades e as espacialidades das gentes das veredas. Em primeiro lugar trabalho com as questões espaciais que permite aprofundar a visão sobre a realidade social dessa população.

As espacialidades veredeiras

Se o território veredeiro é composto por unidades eco-geográficas diferenciadas a apropriação dessas mesmas unidades por meio da atividade humana, individual, familiar ou coletiva constrói espaços diferenciados vinculados a cada um dos aspectos do sistema de produção e reprodução material e social. Nesta seção trato, apenas, da territorialidade veredeiras e não dos processos de territorialização que se verificaram na área e que impuseram transformações no modo de vida desta população. Maior ênfase será dada às mudanças verificadas quando discuto as temporalidades vividas.

O espaço agrícola

A agricultura situa-se nos brejos ou veredas e capões, a pecuária pressupõe a criação do gado solto na “larga”, ou seja, nas chapadas mais distanciadas da casa familiar, ou “gerais”, ou “sertão” e o extrativismo para suplementação alimentar e tratamento de doenças humanas e animais é realizado nas chapadas, espaço intermediário entre a terra de agricultura e a área de criação de gado.

Há que considerar que a agricultura praticada pelos membros dessa população tradicional se diferencia em termos de apropriação da terra e em decorrência do ciclo climático. Essa diversidade de apropriação da terra cultivável propiciou a leitura de cultivos em áreas descontínuas.

Recorro à leitura de Dayrell (2002) para construir uma visão sobre a agricultura veredeira nas diversas unidades eco-geográficas. Para esse autor, nos brejos ou veredas, ocorre um manejo sensível em que o “uso tradicional pouco afetou a sua dinâmica” (2002, 11). Nesse espaço, apesar da produção ser pouco afetada pela irregularidade das chuvas devido à drenagem realizada, o cultivo mais comum é o do arroz no período das

chuvoso e o de feijão e o de milho, em duas safras – março e julho - no período da seca. Também se cultiva a mandioca, a banana, o abacaxi, a cana-de-açúcar e hortaliças diversas.

Nas vargens dá-se pastoreio do gado e junto com as queimadas provocam degradação deste ambiente. No capão, ou terra de cultura, a fertilidade do terreno o faz uma área nobre para o cultivo de milho, mandioca, amendoim, abacaxi, feijão catador, andu, cana-de-açúcar, etc. Nesta área localizam-se as casas dos membros das famílias e, também, situam-se os pequenos pomares. Nestes há uma grande variedade de frutíferas, em sua maioria utilizados para o consumo familiar “in natura” ou para a fabricação de doce em pequena escala.

Os outros espaços eco-geográficos não são utilizados para o desenvolvimento da agricultura.

Alguns produtos agrícolas são beneficiados pelas famílias e, em muitos casos, constitui-se como um momento de reafirmação de vínculos entre parentes, vizinhos e compadres. A lógica subjacente a essa atividade é aquela da garantia do auto-sustento familiar com a venda do excedente. Os principais produtos beneficiados são a mandioca e a cana-de-açúcar que são processados na tarimba, ou oficina de farinha, e no engenho. Apesar de não serem de propriedade comum, o uso dessas engenhocas são coletivos, propiciando ao proprietário algum ganho quando do término do beneficiamento.

Da mandioca faz-se farinha e goma e da cana-de-açúcar faz-se rapadura e aguardante. Para Dayrell “o beneficiamento da mandioca e da cana impõe um vínculo forte com o extrativismo, uma vez que estes dependem da lenha para a produção da farinha, beiju, da rapadura e da aguardente. Há algum beneficiamento do milho para a produção de farinha de milho, mas este cultivo é, principalmente, vinculado à criação de animais, principalmente de aves” (2002, 12).

O espaço pastoril veredeiro

A atividade pastoril constitui-se como atividade imprescindível para essa população tradicional. Como parte do mundo sertanejo do médio Sanfranciscano é essa atividade que permite a vinculação dessa população à comunidade regional, toda ela

construída no criatório de gado. Há criações de bovinos, eqüinos e suínos. Como afirmado por Andréa Jacinto (1998), a criação de animais funciona como reserva de valor a que os sertanejos recorrem em caso de necessidades, mas, também, constitui-se como um símbolo de “riqueza”. Como afirmado por essa mesma autora, a riqueza entre os sertanejos não diferencia radicalmente o modo de viver, os hábitos e os costumes entre as pessoas, além do que, ela se relaciona, sobretudo, com a produção agropastoril e com os bens de que um dia, em caso de necessidade, se pode dispor, como o gado enquanto reserva de valor.

O gado tem no pastoreio nativo o elemento chave na criação, para Dayrell (2002). O manejo e a solta do gado nas chapadas, tratadas como áreas comunais mesmo que privatizadas, apresenta-se como extremamente favorável devido à existência de diversos tipos de capim, mas, também, pela presença de leguminosas e outros frutos naturais, além da existência de espécies vegetais utilizadas pelo gado para tratamento veterinário. Nesse aspecto, os próprios membros das comunidades sertanejas recorrem a essas espécies para tratamento do gado.

Espaço extrativista das gentes das veredas

Como parte do sistema produtivo, que tem por lógica a provisão de meios para a reprodução familiar, o extrativismo constitui-se uma estratégia fundamental sendo desenvolvida em todas as unidades eco-geográficas, mas principalmente, nas veredas e nas chapadas. Para Dayrell (2002), os usos extrativistas de cada um dos espaços constitutivos do território familiar e coletivo derivam das condições naturais que esses espaços possuem. No carrasco, que parece uma transição de cerrado para caatinga arbustiva, as veredeiras e os veredeiros aproveitam a lenha, as frutas e as plantas medicinais. No cerrado ou chapada realiza-se a solta do gado, coletam-se frutos, temperos, madeiras e plantas medicinais, além, é claro que antes da transformação dos animais selvagens em “fauna”, para a caça, que complementava a alimentação familiar. Nas veredas ou brejos são extraídos frutos, folhas e pendões dos buritis.

O extrativismo junto aos buritis constitui-se em elemento importante para essa população tradicional, pois dele além de se retirar o fruto para alimentação, como doce, ou paçoca, ou farinha, retiram-se folhas para a cobertura da casa veredeira, para o telhado ou para as paredes externas, para a produção de esteiras, chapéus, bolsas e etc. Há, ainda, a produção de móveis, portas e janelas com o pendão devido à dureza da casca e a maciez do miolo, de onde se retira material para fazer gaiolas e alçapões.

Essa produção vinculada ao buriti constitui-se no modelo tradicional veredeiro como crucial para a viabilização de uma condição de vida mais confortável para todas as famílias. Devido à qualidade e beleza dos artefatos feitos, eles passaram a ser considerados pelas populações urbanas que visitam esta região como artesanatos e passaram a ser comercializados para essas mesmas populações. Entretanto, é necessário frisar que para as veredeiras e os veredeiros estes artefatos são equipamentos e utensílios recorrentemente utilizados na vida diária.

O espaço estrutural-relacional veredeiro

A denominação identitária contrastivamente construída por outras populações sertanejas para os membros das comunidades do entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas surgiu do fato dessa população tradicional ter desenvolvido nas veredas uma prática agrícola manejando os brejos e veredas,

a gente pega um brejo ou uma vereda, limpa e esgota a água. Depois queima o mato, planta e dá de tudo, arroz, feijão, banana, horta. Quando a terra fica fraca a gente vai para outro lugar e começa tudo de novo. Quando volta naquela capoeira que tinha deixado para trás, o mato está grande e o brejo também (um veredeiro).

Conforme Dayrell,

o extrativismo nas chapadas e o uso dos capões e brejos são fundamentais para o funcionamento dos seus agroecossistemas e na produção bruta anual de uma unidade produtiva, de caráter familiar. Indo mais além, manejam e mantêm uma grande diversidade de plantas nativas e variedades de cultivos, muitos deles em processo de erosão genética (DAYRELL, 2002, p. 28).

A prática agrícola desenvolvida por esses sertanejos incorporou das populações indígenas o manejo da natureza para o desenvolvimento do cultivo de alimentos. Como a base do seu sistema de produção é a agricultura manejada nas veredas passaram a ser considerados como degradadores da natureza, principalmente em áreas de brejos e veredas. Estas áreas são definidas legalmente como áreas de proteção permanente. O impedimento de atualizarem o conhecimento da agricultura veredeira e da biodiversidade vinculada aos brejos e veredas encontra-se amparada na legislação ambiental brasileira. Uma pergunta entretanto se insinua, a Constituição de 1988 não define em seus artigos 215 e 216 aos grupos tradicionais e seus modos de vida como patrimônio da nacionalidade brasileira? Esta questão será retomada ao final deste artigo

Diante do impedimento do desenvolvimento das práticas agrícolas tradicionais surge os inconformismos e afirmações assemelhadas à de um veredeiro que nos disse: “minha profissão é essa. O que eu sei fazer é isso. Sem isso eu não sei e não posso viver. Eu gosto da terra, eu só sei mexer com a terra”. Em seu posicionamento, encontra-se implícito a terra veredeira que pressupõe a técnica do “esgoto” e a utilização agrícola da pequena área drenada para a produção dos víveres necessários à manutenção da família.

Novamente uma pergunta se insinua, afinal eles não foram assentados pelo INCRA? Eles não receberam parcelas de terra como proprietários que a maioria nunca foi? Na visão de membros dessa comunidade sertaneja, “eu acho errado esse negócio de não deixar a gente trabalhar e ter fartura. Eles querem que a gente gaste muito em terra fraca e não poder nada em terra de cultura. Aí a gente fica fraco”. Aqui é afirmado, a partir do ponto de vista dessa população, que terra de cultura é aquela manejada na vereda com a técnica do “esgoto” e o plantio de determinadas espécies agrícolas para a manutenção da família. Se não se pode trabalhar e ter fartura, não há como garantir a produção e a reprodução de cada indivíduo, de cada família e de cada coletividade.

A fraqueza para um sertanejo é compreendida em relação à impossibilidade de usufruir dos recursos que a natureza disponibiliza para que possa reproduzir a si, a sua família e a sua comunidade que é parte integrante e integradora do seu modo de vida. Há que considerar, ainda, que a indisponibilidade de recursos para suprir carências e necessidades imediatas constitui-se o elemento que possibilita compreender o sertanejo

como um fraco. A fraqueza, também, é compreendida na relação com aqueles que consideram fortes, os fazendeiros e grandes agricultores.

Para mulheres e homens transferidos da área do atual Parque Nacional Grande Sertão Veredas para dois assentamentos do seu entorno ficou a impossibilidade de reconstituição da vida como no sistema tradicional construído na área de onde foram retirados, pois

onde é que lá eu vivia essa situação de não poder fazer nada porque aqui não tem nada. Lá eu tinha casas, tinha chiqueiro, galinha, horta, terra de cultura. O tanque de água era no terreiro da cozinha. Hoje tem que ir lá longe pegar água. Isto é um sofrimento. Nem fazer horta hoje eu posso (uma veredeira).

Ou em uma visão ao mesmo tempo crítica e poética, a la Guimarães Rosa, “eu vivia dos buritis que Deus deixou, hoje eu vivo que nem cachorro deles, dependendo das migalhas que eles jogam para a gente”, conforme nos disse um veredeiro.

Ainda nessa perspectiva do desenvolvimento da agricultura veredeira, um dos sertanejos da comunidade do assentamento nos disse que “o melhor do mundo é o buriti. A gente come, faz paçoca, dá para os animais, faz casa, esteira, cadeira, cama e outras coisas. Ainda planta nos pés dele”. Ou, ainda, “o melhor para nós aqui, era o brejo”.

Relembremos a visão roseana no romance que dá nome ao Parque Nacional de onde essa população foi retirada e cuja instalação no centro do *mundus* veredeiro provocou transformações nunca antes antevistas ou previstas: “o melhor de tudo é a água” (Rosa, 1986: 41) ou, “perto de muita água, tudo é feliz” (Idem, Ibidem: 21). E por falar em buritis, “uma baixada toda avistada, felizinha de aprazível, com uma lagoa muito correta, rodeada de buritizal dos mais altos: buriti – verde que afina e se eveste, belim-beleza” (id., ibid.: 35). E, por último, “buriti quer tudo azul, e não se aparta de sua água – carece de espelho” (id., ibid.: 27). Na visão dessa gente das veredas, a visão roseana sobre buritis apresenta-se como uma metáfora dos veredeiros, eles não se apartam das águas das veredas, pois é na proximidade delas que eles são felizes.

Quanto à área destinada atualmente para a criação de gado, os veredeiros ao compará-la com as dos lugares de onde vieram no interior do atual Parque Nacional, percebem que, mesmo aí, saíram perdendo, já que “tem esse capim cinzento aí, quando

lá só tem capim natural. Até o gado sente a falta dele. Está mais mirrado e nem tão sadio como era”.

É importante salientar que o sistema agropecuário e extrativista tradicional centralizava o manejo em três unidades eco-geográficas distintas, o brejo ou vereda, a chapada e o gerais. A agricultura, desenvolvida com a técnica do esgotamento hídrico por meio de pequenos canais que desviavam a água para fora da área a ser cultivada, propiciava três ou quatro safras durante um ano civil. Dessa forma o calendário agrícola veredeiro não era dependente do período chuvoso devido à possibilidade da irrigação por gravidade desenvolvida por esses sertanejos. Na área esgotada a agricultura era realizada durante quatro ou cinco anos e depois transferida para outra localidade. A área abandonada era, então, colocada em pousio pelo tempo necessário para a natureza se refazer. Nela se plantava culturas anuais, como a banana, a cana-de-açúcar e a mandioca, mas, também, culturas de curto ciclo como o milho plantado em agosto, o feijão cultivado duas ou três vezes durante o ano e o arroz com uma única safra no período chuvoso.

A escolha pelo terreno úmido, mas drenado pelo “esgoto” com que manejavam os brejos e veredas, propiciava “o sustento da raiz de um tanto de trem”, pois o terreno fresco era propício ao cultivo de espécies de ciclo médio como a banana, a mandioca e a cana-de-açúcar.

Nas margens das veredas ou “vargens”, mas já adentrando as chapadas, cultivavam-se as culturas perenes, principalmente frutas e no centro do arranjo produtivo localizava-se a moradia. A casa era uma construção que articulava paredes internas de enchimento, ou pau-a-pique com paredes externas e cobertura com palhas de buriti que propiciavam um clima extremamente agradável em seu interior. Mas, atualmente, com o impedimento do manejo dos buritizais, uma nova realidade se instalou na vida dos membros da comunidade sertaneja do assentamento. Para uma moradora, “não posso ganhar um mil réis porque não posso tirar um olho de buriti para fazer minhas esteiras que antes me dava dinheiro. Hoje eu vivo só de aposentadoria”.

Na elaboração do assentamento, na visão dos seus moradores, “as terras de reserva [chamados pelos técnicos de corredores ecológicos] fora da terra do brejo ou da vereda é a melhor terra daqui. Mas a gente não pode usar”.

A criação e instalação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas em reação à devastação da margem esquerda do rio São Francisco com a fixação de agricultores gaúchos vinculados ao agronegócio, foi secundada pela chegada dos ambientalistas vinculados aos organismos ambientais estatais e a uma organização não governamental. Desde então,

as formas tradicionais de produção encontram-se em processo de desestruturação, parte pelo avanço da lógica agro-industrial introduzida com a modernização dos cerrados, outra pelas limitações impostas pelos órgãos ambientais no manejo dos capões e brejos, estes fundamentais na estabilidade da produção agrícola. As dificuldades no acesso ao mercado contribuem ainda mais com este processo, colocando desafios para a reorganização produtiva dos veredeiros (DAYRELL, 2002, p. 29).

A reorganização produtiva dessa população veredeira de uma forma mais fiscalizada e de outras populações veredeiras situadas nos rincões e grotões da margem esquerda do rio São Francisco vem ocorrendo em terras consideradas fracas e distanciadas das terras de cultura. Saliente-se que a terra dessa região sertaneja é extremamente arenosa com uma finíssima camada de solo. Para utilizarem as áreas destinadas a agricultura nas glebas que cada família recebeu no Assentamento São Francisco e Gentio é necessário, e com o apoio do INCRA e da FUNATURA que mantêm um técnico agrícola para assessorar os agricultores e agricultoras, fazer a derrubada da mata. Nenhuma técnica de preservação de solo vinha sendo repassada para ser utilizada nas áreas de agricultura em 2004. A vegetação de cerrado era derrubada, arava-se o terreno e depois se fazia o plantio. O resultado era uma baixíssima produtividade. Nas glebas de maior declividade um incipiente processo de deslizamento do terreno arenoso para a região das veredas era visível para olhares mais atentos. Como em outras áreas sertanejas, estava em curso o processo de assoreamento dos cursos de água, e na área em tela, as veredas, pela ausência de técnicas de preservação de solo.

Duas dinâmicas podem ser lidas nesse incipiente processo de escoamento das areias para os cursos de água, ou seja, as veredas, em primeiro lugar a falta de repasse de técnicas de manejo dos solos que contribuam para a preservação da natureza e o desejo de se modernizarem como os gaúchos empresários do agronegócio. Há que considerar a baixa escala de produção e os poucos recursos de capital necessário para

adoção das técnicas de agricultura moderna. Mas, alarmante é perceber o processo de morte das veredas pelas mãos daqueles que durante séculos foram os *guardiões das veredas* na margem esquerda do rio São Francisco. Em segundo lugar o lento processo de etnocídio alimentado por organismos de estado, com o fenecimento do conhecimento da biodiversidade das veredas e a construção de uma etnicidade nova, os chapadeiros da FUNATURA, que pouco se aproximam da tradicionalidade chapadeira pois já dependentes dessa ONG e dos benefícios estatais disponibilizados através dela. Com esses chapadeiros emerge uma população que se percebe sem dignidade e desonrada, porque impedida de ter em suas próprias mãos os destinos de cada indivíduo, de cada família e de cada coletividade.

A espacialidade estrutural-relacional pode ser ainda mais compreendida nas relações sociais e políticas vividas pelas populações veredeiras sujeitos deste estudo. Nas comunidades Mato Grande e Rio Preto essas relações podiam ser compreendidas a partir de sua espacialidade e de sua temporalidade. Enquanto relações internas às próprias comunidades creio ser possível afirmar que ocorreram quatro dinâmicas por meio das quais os membros dessas coletividades se articulavam entre si, seja por sentimento de pertença a uma localidade, por parentesco e compadrio, por trocas e reciprocidades e, finalmente, por compartilharem um mesmo sistema produtivo baseado na apropriação diferenciada dos espaços dos territórios familiares e comunais. Essa é uma característica que se mantém atualizada no sítio para onde foram transferido e comum às comunidades sertanejas do alto médio sanfranciscano.

As trocas e reciprocidades entre os membros das coletividades de populações tradicionais são imprescindíveis para manutenção da reprodução física, cultural e social de suas gentes. Sem elas a vida perde todo e qualquer sentido, dado que, para falar em uma perspectiva marxista, a infra-estrutura que determina a superestrutura dessa população tradicional, é a própria sociedade, ou como disse um de seus moradores, “a vida da gente é de acordo com a condição, e condição é a quantidade de gente, uns acolitando os outros nas necessidades e fora delas”.

As relações sociais vividas internamente congregavam parentes e compadres que não eram iguais entre si, havendo alguma diferenciação entre a totalidade dos membros das comunidades Mato Grande e Rio Preto. Uma primeira diferenciação está vinculada

à criação de gado, que como já afirmado anteriormente, é sinal de riqueza e, como tal, simboliza a diferenciação entre os que têm gado e os que não têm. Mesmo entre os que têm gado é possível compreender a existência daqueles que possuem um plantel bovino com um número significativo de animais e aqueles que possuem um número reduzido de gado.

Outra diferenciação interna diz respeito ao tipo de vínculo que cada família mantém com o território familiar, que para Woortmman (1995), no caso das populações tipo camponesa, constitui-se como uma relação de honra e hierarquia. O território é o patrimônio que materializa a honra da família. Portanto, “família, trabalho e terra, nessa ordem social, constituem um ordenamento moral do mundo onde a terra, mais que coisa, é patrimônio, isto é, pessoa moral” (1995, 62). Nas coletividades Mato Grande e Rio Preto, havia proprietários de terra, como atesta o levantamento feito pela FUNATURA, posseiros, agregados – estes como parceiros, meeiros e empregados. Assim, a diferenciação existente em relação à terra se estruturava pela existência de famílias proprietárias e de famílias não proprietárias das terras em que se reproduzia a vida de cada um.

Nos tempos atuais, com o assentamento pelo INCRA nas fazendas São Francisco e Gentio, todos os moradores da área onde se instalou o Parque Nacional Grande Sertão Veredas são proprietários de glebas de terra. Entretanto, emerge no interior das relações sociais dessa coletividade uma hierarquização a partir da constituição de dois grupos distintos, um denominado de *fazendeiros* e outro de *sem terra*. Essas duas denominações informam a existência de um grupo, principalmente o que se instalou na área do Gentio, que devido às condições do terreno, pode se dedicar à atividade pastoril. Enquanto o outro grupo, por se situar em uma área de maior aclividade e declividade e por se situarem em *terra fraca*, denominada por eles de carrasco, não poderem se dedicar à atividade agrícola. Para se manterem estão se dedicando, apenas, à produção de farinha e de artesanato que vem encontrando demanda junto aos funcionários da ONG que coordena as suas vidas.

Em resumo, duas dinâmicas distintas estão na base das transformações ocorridas na área dos veredeiros que atualmente se encontram assentados pelo INCRA nas fazendas São Francisco e Gentio. Nos anos 1970, diversas famílias gaúchas financiadas

pelo governo federal passaram a ocupar os cerrados do noroeste mineiro, em processo rápido e desordenado (Dayrell, 2002) que gerou a degradação das condições ambientais e sociais até então existentes. Ao final dos anos 1980, buscando homenagear a obra máxima de João Guimarães Rosa, foi criado o Parque Nacional Grande Sertão Veredas para preservar a paisagem ficcionalizada. Resulta da articulação destas duas dinâmicas que se imbricam a intervenção exógena que se abateu sobre a população veredeira, que lentamente vem sendo conduzida ao seu etnocídio para que renasçam verdadeiramente como chapadeiros, mas virtualmente permaneçam como veredeiros. Entretanto, os princípios que são organizativos do seu modo específico de vida já não são mais atualizados e produzidos para a reprodução individual, familiar e coletiva da etnicidade veredeira.

As temporalidades veredeiras

Assim como a espacialidade acima discutida, a temporalidade vivida atualmente pelos veredeiros da comunidade São Francisco e Gentio é decorrente de processos exógenos que atingiram os seus membros e passaram a produzir transformações em seu modo de ser transfigurando-os em chapadeiros dando fenecimento à etnicidade veredeira e dependentes de uma entidade ambientalista. Se a espacialidade já não é mais veredeira, a temporalidade dominada por sujeitos exógenos propicia o retorno do tempo em uma outra elipse, um tempo marcado pelo “código do sertão”². Essa temporalidade vem travestida de modernidade que não era condição do tempo de outrora. Daí emerge a denominação dos tempos atuais como tempo de carrancismo, a mesma denominação de quando foram forçados a saírem da Vargem Bonita nos tempos pretéritos.

Tempo da origem

Conforme informações de membros da comunidade do Assentamento, o início da ocupação da área das comunidades Mato Grande e Rio Preto ocorreu há mais de 200 anos. É afirmado que o pequeno povoado de Cajueiro, que marca os primórdios da

ocupação sertaneja desta área específica é a testemunha da antiguidade do processo. Entretanto, a grande maioria dos seus moradores migrou da fazenda Larga, nas proximidades da cidade de Januária no segundo quartel do século XX, pois na afirmação de um dos moradores e acatada por todos eles, “esse povo daqui, se não nasceu lá, é de procedência de Vargem Bonita, em Januária”. Há reservas, apenas, três famílias não são descendentes dos migrantes fugidos da divisão da fazenda Larga.

Desde a primeira década do século passado a sociedade regional passou por um período de turbulências sociais devido ao início de processos de divisões de terras que provocaram revoltas em muitas famílias que foram forçadas a transferir sua vida para outros lugares, pois não acompanharam essas divisões. Houve também nessa área a revolta de um homem contra os desmandos políticos no município de São Francisco quando houve mudança partidária no mando estadual seguido por mudança no mando local. Esse homem, que se transformou em um personagem histórico conhecido e ainda hoje lembrado, chamava-se Antônio Dó³. Perseguido por um vizinho que viu a família Dó chegar fugindo da seca de Pilão Arcado e, devido ao esforço de todos, se tornar economicamente sólida. Com a mudança do mando estadual e local, a cobiça do vizinho sobre a fazenda com seu gado e áreas agricultáveis, além dos equipamentos de beneficiamento construídos desde que se fixaram na área propiciou um longo processo de enftretamentos, prisões, julgamento e fuga. Desiludido, Antônio Dó formou um bando para lutar e para se prevenir contra as injustiças sofridas, dentre elas, a perseguição por parte de uma tropa da polícia mineira que em Várzea Bonita pensando ter dado fim ao fazendeiro revoltoso estuprou mulheres, jovens solteiras e adultas casada, humilhou homens e destruiu a maioria das casas do pequeno povoado incendiando-as. Também destruiu as lavouras e matou o gado dessa população.

Em seguida tem início na região o que as populações denominam de “tempo do agrimensor” ou “tempo da divisão”. Importante salientar que a grande maioria das terras norte mineiras não foram cadastradas quando da vigência da Lei da Terra de 1.850 que reordenou o sistema agrário brasileiro. Entretanto, após a instauração da República e com as terras devolutas que pertenciam à União passaram a se vincular aos Estados, em Minas Gerais processou-se a essas divisões de terra, sem contudo, resolver definitivamente a titulação das mesmas que permanecem pertencendo ao estado. Essas

divisões eram contratadas por algum fazendeiro ou por um cidadão querendo se afazendar, como as terras eram devolutas, processou-se a divisão das terras e deu-se partida à formação de imensos latifúndios, transformando os posseiros em agregados. Aqueles que não aceitavam esta condição migravam para outras áreas em busca de “terras de ninguém”.

No caso da maioria dos membros das comunidades Mato Grande e Rio Preto, devido ao não acompanhamento da divisão requerida em 1940, parte da família proprietária da fazenda Larga em Vargem Bonita, teve que migrar para outras áreas porque tiveram suas terras ocupadas por outras pessoas. Mas outros fluxos de migração ocorreram ao longo do século XX para essa mesma região.

Por ser uma região de solos ainda pouco explorados, esses migrantes formaram um aglomerado de posseiros e trabalhadores rurais que cultivavam a terra sem, contudo, possuírem a titulação da terra, mesmo possuindo documentação por terem comprado partes de fazendas antigas. No dizer de um deles “a terra era solta e eu sou que nem bicho do mato, em qualquer lugar empasto”. Ou como nos disse um outro morador,

eu criei meus filhos em terra solta, nunca paguei meia, nunca paguei renda. Pegava uma vereda e um mato para eu deteriorar⁴. Quando a terra já não estava dando para manter a família, deslocava-se para outra área que já tinha escolhido. Recomeçava tudo outra vez, mas o lugar onde deixei para trás, aos poucos, voltava a ser vistoso outra vez.

Essas migrações propiciaram a formação de um agrupamento humano, em meados do mesmo século, localizado entre as fazendas Mato Grande e Larga, área que posteriormente viria a ser o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Para Andréa Borghi Jacinto,

as várias famílias encontram-se espalhadas e dispersas pelo Parque. Aparentemente, não há “comunidades”, ou povoados. Existe, porém, uma organização e um padrão de ocupação espacial, que trazem muitas semelhanças com os “bairros rurais”. Ou seja, existe uma unidade de agrupamento que constitui grupos rurais de vizinhança, ligados pelo sentimento de localidade, por laços de parentesco, pelo trabalho da terra, por trocas e reciprocidades (JACINTO, 1998, p. 45).

Ainda traumatizados pela violência do tenente Felão da Polícia Militar de Minas Gerais e forçados à diáspora pela divisão da fazenda Larga é na andança pelo sertão que

essa população com seus antepassados desloca-se em busca de terras de ninguém para se fixar, dando origem a um *mundus* social formador de uma etnicidade específica, a veredeira. Decorre da migração dos antepassados e de alguns membros do Assentamento São Francisco e Gentio a instituição de uma temporalidade denominada por eles como o *tempo da origem*.

Tempo do carrancismo

Em seu estudo sobre as comunidades impactadas pelo Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Cloude Correia informa tratar-se de uma categoria temporal por meio da qual os membros das comunidades sertanejas narram sua história, uma história “que traz em si uma série de valores do passado quase não existentes mais nos dias atuais” (2002, 48). Esse tempo é narrado como uma época de revoltas, como a da coluna Prestes que passou pela região, como a de Antônio Dó contra os processos de divisões de terra solicitados por algum fazendeiro e nos quais os sertanejos de menores condições sociais perdiam suas terras, mas, também, como uma época de festas, como as de Santos Reis, a de Santo Antônio na Serra das Araras em que se vivia festivamente a coletividade local e a coletividade micro-regional. Além desses conteúdos, o tempo do carrancismo informa, ainda, o sistema produtivo tradicional em que o manejo das veredas, com o “esgotamento” e a queimada em tempo certo da seca, e a caçada necessária para suplementar a alimentação eram praticados por todos.

E, finalmente, no tempo do carrancismo a terra era livre e apropriável, para esse mesmo autor, “nem todas as terras eram de fazendas, e os poucos fazendeiros, ou donos, que existiam, permitiam que as pessoas morassem nas suas terras durante vários anos sem pagar pela área ocupada, ou seja, ‘quem tinha terra morava, quem não tinha morava’” (Correia, 2002: 51).

A categoria tempo do carrancismo operacionaliza-se como um referente a partir do qual o tempo presente é lido, por todos os valores acima mencionados, “o tempo do carrancismo tem sido percebido, por este e por outros motivos, como um tempo melhor que o tempo presente, ou tempo dos direitos” (Idem, ibidem: 52).

No tempo do carrancismo, é possível ler a partir da argumentação Costa e outros (2008), que a vida social dos sertanejos norte mineiros em geral e, creio, dos veredeiros em particular, é marcada pela articulação do sistema das populações tradicionais com as grandes fazendas e seus proprietários. Estruturado em ritmo lento, esse sistema de relações sociais se organizava na existência de grandes fazendas com seus agregados e uma produção mercantil, e de populações tradicionais com pequenas posses, com um sistema baseado na produção e reprodução material da família e da coletividade no qual, agricultura, pecuária e extrativismo se imbricavam para garantir a vida de cada um, da família e da coletividade. Entre eles, apesar da independência de cada um, ocorre a manutenção de relações, possibilitando considerar o conjunto como um “todo econômico”.

Durante o Império e, depois, atualizada na República, a segurança interna do país foi realizada pela Guarda Nacional. O governo imperial nomeou grandes fazendeiros com patentes militares, propiciando a emergência de lideranças dotadas do uso legítimo da força em prol da segurança interna. Muitos fazendeiros, vendo-se colocados em uma posição de mando e dotado do poder de utilização da força passaram a cometer desatinos e a submeter a população do seu território de mando aos seus interesses. Outros, estabeleceram relações de compadrio com as populações tradicionais construindo uma grande parentela instituindo-se como um mediador entre essas populações e o Estado numa perspectiva paternalista por meio de troca de favores, como informa Queiroz (1976) e Leal (1976) em seus estudos sobre mandonismo local e coronelismo.

Na região das veredas do grande sertão, há a história de um certo Ramiro Gomes, morador do Sítio do Meio, que sendo membro de família forte carregou para si o uso do poder da força, como recorrente no período do coronelismo. As histórias desse “coronel” sertanejo narra episódios de violência cometida contra as gentes da região e as trapalhadas que o destino lhe reservou, modernizaram-se as relações sociais e políticas, porém ele não se modernizou e tendo feito empréstimos bancários para custear as atividades da fazenda, acabou perdendo a mesma para o banco credor. E, no dizer, da “gente das veredas”, ficou mais pobre que filho de cachorro.

Mas o que interessa reter, aqui, é que no tempo do carrancismo as relações sociais e as relações políticas vividas com os fazendeiros eram marcadas pela violência, mas também pela conjugação dos sistemas produtivos das populações tradicionais e dos grandes fazendeiros, possibilitando a constituição de todos econômicos em cada área onde estas relações se imbricassem.

Tempo do ambientalismo e do conservacionismo

Na implantação do referido parque, conforme estudo desenvolvido por Correia (1999), a implantação do mesmo gerou diversos conflitos envolvendo três categorias sociais, cada uma com perspectiva diferenciada frente à ação do Governo Federal para viabilizar a preservação desse importante sítio para a nação brasileira, ou seja, os conservacionistas, os gaúchos e os mineiros. Enquanto os gaúchos causavam grande impacto sobre o Cerrado e passaram a se verem impedidos ou limitados em suas práticas produtivas, os conservacionistas se posicionaram contra o modelo de agricultura praticada pelos primeiros, por perceberem que a integridade da área a ser preservada encontrava-se comprometida. E, finalmente, os mineiros, que conforme Dayrell, eram as populações que “paradoxalmente, foram as que permitiram, como resultado de uma matriz diferenciada de apropriação dos Cerrados, a manutenção de condições ambientais preservadas para a criação do parque” (2002: 05).

No cerne do conflito, os conservacionistas posicionavam-se com fiscalização rigorosa e restrições frente aos gaúchos, devido às práticas produtivas ditas modernas, e aos mineiros, no exercício das formas tradicionais de seus sistemas produtivos, limitando suas possibilidades de reprodução física e social mantidas, até então, autônomas.

Se frente aos gaúchos a própria natureza contribuiu para minimizar o impacto do sistema produtivo monocultor de soja, capim ou outros cultivares pela escassez de chuva, conforme nos disseram diversos moradores da cidade de Chapada Gaúcha durante a coleta de dados que deu origem ao Inventário Nacional das Referências Culturais da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio, frente aos mineiros

os impactos da criação, implantação, ampliação e consolidação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas tomou outra dimensão. As restrições impostas pelo aparelhamento conservacionista federal e estadual vem forçando a impossibilidade da atualização do conhecimento secularmente construído na apropriação e manejo do ambiente que articula veredas e chapadas e a fixação dessa população naquela que consideram a pior área para o desenvolvimento de qualquer sistema produtivo, os carrascos, como já informado anteriormente.

Como nosso foco de atenção é a população tradicional retirada da área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e alocada pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária nas antigas fazendas São Francisco e Gentio, nossa leitura considera o momento vivido pelos mesmos como crucial. Antevemos, se o processo em curso não viabilizar a introdução de práticas alternativas de manejo da natureza na vida desses sertanejos, a perda do conhecimento da biodiversidade das veredas e dos cerrados de que são possuidores e a possibilidade de degradação das veredas e dos rios que drenam a área do Assentamento São Francisco e Gentio. Como as gerações detentoras desse conhecimento não são eternas e como esse conhecimento não é atualizado pelas gerações novas e com a introdução de práticas modernas de agricultura, como a mecanização e a utilização de adubação química em uma terra com baixíssima existência de solo em áreas de declive, o assoreamento das veredas acena de um futuro não muito distante, enquanto assistimos a transformação dessa população tradicional que passam de veredeiros a chapadeiros.

Tempo do novo carrancismo

É possível, ainda, compreender a emergência de uma nova temporalidade vinculada ao ambientalismo e conservacionismo, o tempo do novo carrancismo.

Após a Constituição Federal de 1988, quando o direito ao voto foi estendido aos analfabetos, as relações sociais e políticas sofreram transformações, instaurando na vida das “gentes das veredas” uma categoria temporal recorrente no interior do país, o tempo da política. Moacir Palmeira estudando essa categoria, afirma que “está em jogo um

certo calendário, um recorte social do tempo, com implicações objetivas quanto aquelas que decorrem da delimitação do plantio e da safra, ou do tempo das festas e da Quaresma” (1996: 43). Para ele, nesse tempo, as municipalidades se dividem, sendo as eleições o momento crucial na vida das comunidades, devido à necessidade de incorporação de um número maior de pessoas a cada facção em disputa. A forma de adesão que compromete cada família que expõe o cartaz de seu candidato afirmando sua posição, requer por parte dos eleitores ganhos que só são possíveis na instauração do tempo da política ou tempo das eleições na vida local.

Situados na periferia do poder local, os ganhos dos membros das comunidades das populações tradicionais tanto podem ser bens coletivos, o transporte escolar para as crianças em idade escolar, por exemplo, ou bens individuais, canos para viabilizar a colocação de água em cada moradia, por exemplo, só ocorrem nessa temporalidade socialmente vivida. Durante esse tempo de buscas de adesão de eleitores são feitas promessas em troca de voto, na visão de um vereadores transferido das Comunidades Mato Grande e Rio Preto, “ele veio e fez um discurso imenso e bonito sobre as promessas, que não saiu do lugar e nem perto daqui chegou”.

Fora desse tempo, bianual, em relação ao poder local, as vereadeiras e os vereadores, encontram-se situados fora de ganhos, principalmente coletivos. A ausência de um mediador político da comunidade, ou seja, um vereador, que sendo membro da comunidade a represente, propicia a manutenção dessa situação de exclusão aos benefícios advindos da administração local e, mesmo, estadual ou federal.

O acesso a direitos que antes não sonhavam em possuir, propiciou à população vereadeira denominar a temporalidade hodierna de tempo dos direitos. Mas imbricada a esta temporalidade, as gentes das veredas falam de uma outra temporalidade, a do novo carrancismo. Essa denominação é discutida em *boca chiusa*, pois teme represálias dos “novos coronéis”.

Se no tempo do carrancismo os aspectos que marcam essa temporalidade são: revoltas isoladas dos subalternos, ocupação de áreas livres e apropriáveis, desmandos do coronel e festividades coletivas. O tempo do neocarrancismo é lido a partir de acontecimentos que podem ser compreendidos como semelhantes aos aspectos que marcavam o carrancismo tradicional. Atualmente os subalternos se revoltam e marcham

sobre Brasília, ocupam fazendas não produtivas, sofrem a violência de Estado e surgem novas festividades organizadas por entidades vinculadas ao poder estatal.

A ocupação das fazendas São Francisco e Gentio ocorreu por meio de invasão após vistoria do INCRA e incentivada pela FUNATURA, devido à tentativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso coordenar um grupo de trabalhadores sem terra para se fixar na área. O uso da violência de Estado se deve ao aprisionamento de alguns membros da coletividade por infringir as normas modernas de conservação e proteção ambiental.

Na visão dos sertanejos retirados das terras onde viveram por décadas, onde seus ancestrais viveram, foram utilizados os mecanismos de Estado, ou seja, o uso legítimo da força. No imaginário do sertão, polícia não é para homem honrado, mas para ladrão. Dentro dessa lógica, ser envolvido com a polícia é tornar-se um ser desonrado aos olhos da comunidade e para a manutenção das relações sociais a manutenção da honra é fator imprescindível, pois homens honrados apenas se relacionam com homens honrados.

Em suas relações políticas com os organismos de Estado e da Sociedade Civil organizada em defesa da natureza, esses sertanejos posicionam-se indignados, para eles “não invadimos o IBAMA, mas o IBAMA invadiu a terra nossa”, ou “a gente não estava fazendo trapizanga para eles mandarem a polícia armada para fazer uma guerra contra a gente que é só trabalhador”. E, ainda, “na criação do Parque eles não entraram em acordo com o povo. O que eles fizeram foi macetar o povo até forçar a saída do povo de lá. Isso foi muito desumano”. Por último, “a gente é um povo honrado e ter que ver a polícia entrando na casa da gente e pisando na gente não foi uma coisa digna. Nós não merecíamos isto, pois somos filhos de Deus e seres humanos”.

Do ponto de vista dos organismos de Estado e da Sociedade Civil em defesa das veredas, chapadas e animais na área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas há que considerar o processo de sua emergência como atores significativos na vida dessa população tradicional.

Na visão de membros dessa comunidade sertaneja, os funcionários desses organismos “aproveitaram muito da humildade das pessoas daqui, que não sabiam nada de nada das coisas deles, de lá. Depois é que a gente começou a acordar”. Nos primórdios dessa relação interventora na vida das veredeiras e veredeiros guardiões das

veredas do Grande Sertão, “eles nos enganaram. Chegaram aqui procurando bichos, sapo, cobra, borboleta e depois passaram a perna em nós”. Com a chegada dos organismos de Estado e da Sociedade Civil organizada em defesa da natureza, além da procura de répteis, animais e insetos, recorreu-se aos detentores do saber construído social e coletivamente para terem acesso à sua biodiversidade e aos animais, répteis e insetos. Em nenhum momento foi considerado reconhecimento da existência de lógicas humanas diferenciadas no trato com a natureza, a do capitalista que constrói uma geografia distinta da existente na paisagem e a das populações tradicionais que em muito se aproxima da lógica ambientalista, enquanto uma é baseada na separação entre o humano – cindido entre produtores de mercadoria e proprietários de força-de-trabalho – e outra com um lógica de articulação, vinculação e simbiose entre a natureza e a humanidade e, por isso, população tradicional, conhecedora da biodiversidade das veredas e chapadas de uma parte do Grande Sertão: Veredas.

Há que considerar que, como já discutida por Andréa Borghi Jacinto (1998) em sua dissertação de mestrado, ocorreu um confronto de duas ordens morais distintas e opostas, enquanto uma relacionava-se com a natureza, manejando-a tradicionalmente, para reproduzir o humano e reproduzir a natureza, a outra se relaciona com a natureza no sentido de preservá-la para as gerações futuras sem considerar as gerações presentes. Como afirmado por Carlos Dayrell, “paradoxalmente, foram [as populações que residiam ou ainda residem no interior do Parque] as que permitiram, como resultado de uma matriz diferenciada de apropriação dos cerrados, a manutenção de condições ambientais preservadas para a sua criação” (2002: 5). É interessante salientar que a compreensão da existência dessas lógicas distintas é compartilhada pelos sertanejos vivendo na comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio, para eles,

a forma que a gente sabe plantar não é errada, mas o IBAMA não deixa. Meu avô, meu bisavô sempre plantaram assim, iam mudando de lugar e não degradavam a vereda. O que acaba com o meio ambiente é o latifúndio, não é o pequeno agricultor não.

No confronto dessas duas ordens morais distintas, emergiu uma nova temporalidade, a do novo carrancismo, que em uma outra elipse do tempo, atualiza em outras dimensões, os aspectos que marcaram o carrancismo “tradicional”.

A entidade ambientalista que assessora essa população, colocando-se como intermediária entre ela e o Estado para angariar benefícios coletivos advindos de políticas públicas, como os “coronéis” de antigamente, tem criado dependência mais que apoiado ações que propiciem que as gentes das veredas neste tempo de direitos possam andar com as pernas próprias. Há, ainda, a submissão à lógica somente ambientalista que se opõe à lógica tradicional, ao mesmo tempo em que propicia o desmantelamento da reprodução física, cultural e social dos indivíduos e da comunidade. A hierarquização da diferença evidencia essa dependência construída, não mais veredeiros, mas fazendeiros e sem terra.

A equipe de ambientalista não consegue, por falta de ação sistêmica e sistemática, apesar dos planos e projetos elaborados e financiados pelo governo federal, desmontar o desmantelamento do sistema tradicional. A ação insistentemente implementada está voltada para a ação cultural centrada nas manifestações culturais apresentadas performativamente em eventos criados para alimentar um turismo cultural. A cultura tradicional está inviabilizada por leis que não respeitam as diferenças culturais e nem os manejos da natureza praticados pelas populações tradicionais, preservadores e produtores da natureza e das populações tradicionais mesmo.

A cultura é um fato social, uma construção humana existente em todos os cantos e recantos do planeta, enquanto fato social pode ser lido. Por mais que ocorram posicionamentos contrários à perspectiva de uma leitura antropológica do modo de vida de grupamentos humanos, a noção de cultura construída pelos antropólogos permite ler a realidade desses mesmos grupamentos e, como tal, ela se constitui uma teia de significados a partir do qual o viver é possível como na perspectiva geertziana. Ou de outra forma, aquelas questões que são importantes para quem as vive e que delas fala e delas não consegue se afastar por nelas se estar enredado.

Considerações Finais

Diversas temporalidades marcam a trajetória das populações veredeiras que vêm sendo transformadas em chapadeiras. Há o tempo de origem, emergido a partir do abandono no tempo da divisão e do tenente Felão. Há o tempo do carrancismo quando

os coronéis da Guarda Nacional usando de violências ou intermediando benefícios do Estado para as populações interioranas mandavam e desmandavam no sertão. Há o tempo dos direitos emergidos após a Constituição de 1988 que propiciou tornarem-se cidadãos, pois passaram a deter o título de eleitor que lhes abriu a possibilidade de receberem benefícios dos governos municipal, estadual e federal. Nesse mesmo tempo, a implantação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas propiciou serem beneficiados com alguns benefícios e direitos por meio da ação da FUNATURA que se coloca como intermediária entre a população veredeira retirada do parque e os governos e suas políticas públicas. E, por fim, a temporalidade que atualiza em uma outra elipse do tempo, o tempo do carrancismo, quando os aspectos que o marcavam são revividos de outras formas. Resulta nesta trajetória o etnocídio dos veredeiros e a emergência de uma outra etnicidade, os chapadeiros federais, uma população vinculada ao governo federal por meio de uma entidade ambientalista que media a relação população e Estado.

Notas

¹ Neste sentido, vide Costa Silva (1999). Suárez (2.000), Lima (2002), Jacinto (2003), Costa (2003).

² Para maior esclarecimento sobre o código do sertão, vide Carvalho Franco (1997) e para o tempo do carancismo, vide Correia (1999).

³ Para conhecimento de sua saga vide, Braz (2006).

⁴ Importante notar que o termo deteriorar aqui não tem o significado de “danificar ou estragar”, mas realizar o manejo da vereda que, colocada em pousio ou abandonada, logo retomava a condição anterior.

Referências

ABREU, Capistrano. Capítulos da História Colonial - 1500-1800. 7ª. Ed. rev. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000 280 p.(Grandes nomes do Pensamento Brasileiro).

BARTH, Frederik – Introduction. In Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference. Boston, Little, Brown and Company, 1969. 153 p. p. 9-38.

BRAZ, Petrônio. Serrano de Pilão Arcado. A saga de Antônio Dó. São Paulo: Mundo Jurídico, 2006. 596 p.

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. Homens livres na ordem escravocrata. 4ª. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 1997. 254 p. (Biblioteca básica).

CORREIA, Cloude de Souza. Mineiros, Gaúchos e Conservacionistas: uma abordagem antropológica dos conflitos sócio-ambientais no noroeste de Minas Gerais resultantes das distintas formas de apropriação espacial do cerrado. 1999. 78 p. Monografia de Graduação. Departamento de Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília. 1999.

_____. Do Carrancismo ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas: (des)organização fundiária e territorialidades. 2002. 139 p, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília. 2002.

COSTA, João Batista de Almeida. A cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In Santos, Gilmar Ribeiro (Org). Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas. Considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. 201 p. p. 77-97.

_____. Mineiros e Baianeiros: Englobamento, Exclusão e Resistência. 2003. 334 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia Social. Brasília: Universidade de Brasília. 2003.

COSTA, João Batista Almeida e outros. Grande Sertão: veredas e seus ecossistemas. Revista Desenvolvimento Social, Montes Claros, v. 1, n. 1. 63-78, 2008.

COSTA SILVA, René Marc. Por onde o Povo Anda... A Construção da Identidade Quilombola dos Negros de Rio das Rãs. 1998. 411 p. Tese (Doutoramento em História). Departamento de História. Brasília: Universidade de Brasília. 1998.

DAYRELL, Carlos Alberto. GT Agroextrativismo. Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. 2002. 38 p. Brasília: Funatura, (mimeo). 2002.

GUIMARÃES ROSA, João. Grande Sertão: Veredas. 1986. 538 p. 32a. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JACINTO, Andréa Borghi. Afluentes da memória: Itinerários, Taperas e Histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas. 1998. 182 p. Dissertação (Mestrado em

Antropologia Sócia). Faculdade de Ciências Sociais. Campinas: Universidade de Campinas, 1998.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 1976. 223 p. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LIMA, Roberto Cunha Alves. Um rio são muitos. 2002. 286 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

PALMEIRA, Moacir. Política, Fações e Voto. In Palmeira, Moacir e Goldman, Márcio (orgs.). Antropologia, voto e representação. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. 176 p. p. 41-56.

PARAJULI, Pramod. Ecological Ethnicity in the Making: Developmentalist Hegemonies and Emergent Identities in India. In: Identities, Vol. 3(1-2), 1996, 154 p. p. 15-59.

PEIRANO, Mariza. Sem lenço, sem documento: cidadania no Brasil. In A teoria vivida e outros ensaios de Antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 134 p. pp. 121-134.

PIERSON, Donald. O Homem do Vale do São Francisco. 642 p. Rio de Janeiro: Minter/SUVALE, 1972, 3 volumes.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: Colonia. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. 408 p. (Grandes nomes do Pensamento Brasileiro).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. 230 p.

RIBEIRO. Darcy. O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 476 p.

SUÁREZ, Mireya. Outrora e à Margem Daqui: O Discurso Civilizador. In Fronteiras: Espaços Imaginados, Lugares Concretos. 68 p. 2001. Projeto de Pesquisa. Brasília: CEPPAC/UnB, 2001. p. 2-10.

WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UnB, 1995. 321 p.

***Recebido em 13/12/2010**

Aceito para publicação em 25/02/2011